

“OS ÍNDIOS FALAM POR SI”: O MOVIMENTO INDÍGENA DO ACRE NAS PÁGINAS DE JORNAIS ACREANOS

“THE INDIANS SPEAK FOR THEMSELVES”: THE ACRE INDIGENOUS MOVEMENT IN THE PAGES OF ACREAN NEWSPAPERS

Karolaine da Silva Oliveira¹
karolainysilva417@gmail.com

Teresa Almeida Cruz²
teresa.almeida.cruz@gmail.com

Resumo: O presente trabalho faz parte do projeto de iniciação científica “Representações dos povos indígenas do Acre nas plataformas digitais brasileiras”, abordando sobre a presença do movimento indígena do Acre nos jornais acreanos, de modo a visibilizar os indígenas como “agentes de sua própria história”, onde protagonizaram as lutas para a conquista de seus próprios direitos, assegurados pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo abordar como o movimento indígena do Acre encontra-se registrado nos jornais pesquisados, compreendendo o movimento a partir das falas e posicionamentos das lideranças indígenas registradas nesses jornais. Usando como metodologia pesquisas qualitativas e de análises dessas fontes alocadas na hemeroteca da Biblioteca Digital Brasileira (BNDigital). Para o embasamento teórico foram utilizados trabalhos de historiadores e antropólogos que estudam a história indígena estabelecendo um diálogo com as fontes pesquisadas, como Almeida (2010), Almeida;Cruz (2018), Carneiro da Cunha (2009), e Oliveira (2016). Os resultados alcançados mediante as pesquisas nos levam a pensar o movimento indígena do Acre como uma desobediência epistêmica, onde os povos indígenas revelam-se subversivos às heranças coloniais deixadas sob eles, rompendo a colonialidade a partir de suas próprias culturas e saberes.

Palavras-chave: Acre; Jornais; Movimento Indígena.

Abstract: The present work is part of the scientific initiation project “Representations of the indigenous peoples of Acre in Brazilian digital platforms”, which deals with the presence of the indigenous movement of Acre in Acrean newspapers, in order to make indigenous people visible as “agents of their own history”, where they were the protagonists of the struggles for the conquest of their own rights, guaranteed by the Federal Constitution of 1988. In this sense, this article aims to approach how the indigenous movement in Acre is registered in the researched newspapers, understanding the movement based on the speeches and positions of the indigenous leaders registered in these newspapers. Using as methodology qualitative

1 Graduada do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Atualmente é bolsista do Projeto de Iniciação Científica (Pibic) “Representações dos povos indígenas do Acre nas plataformas digitais brasileiras”, tendo como orientadora a profa. Dra.Teresa Almeida Cruz.

2 Doutora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Acre.

research and analysis of these sources allocated in the Brazilian Digital Library (BNDigital). For the theoretical foundation we used works by historians and anthropologists who study indigenous history establishing a dialogue with the sources researched, such as Almeida (2010), Almeida;Cruz (2018), Carneiro da Cunha (2009), and Oliveira (2016). The results achieved through the research lead us to think of the indigenous movement in Acre as an epistemic disobedience, where indigenous peoples reveal themselves to be subversive to the colonial heritages left under them, breaking coloniality from their own cultures and knowledges.

Keywords: Acre; Newspapers; Indigenous Movement.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte do Projeto de Iniciação Científica (Pibic-Ufac), “As representações dos povos indígenas do Acre nas plataformas digitais brasileiras”, tendo os jornais como importantes fontes históricas para a pesquisa, onde é possível perceber a trajetória de lutas que os povos indígenas tiveram para conquistar os seus direitos que são constantemente ameaçados.

Ao longo da história os povos indígenas apresentaram várias formas de resistências, não somente através das guerras, mas também das fugas e posicionamentos, tanto como aliados ou oponentes aos colonizadores europeus, deslegitimando o dualismo simplista impostos sobre eles. Eram povos distintos entre si, com múltiplas culturas, saberes e vivências, reduzidos sumariamente a “índios” pela “história do poder colonial” que “despojou esses povos de suas próprias e singulares identidades históricas, definindo a todos por ‘índios’ com uma identidade racial, colonial e negativa, não sendo nada mais que raças inferiores implicando na realocização no tempo histórico sendo ele o passado” (QUIJANO, 2005, p.127).

Essa medida foi tomada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) criado em 1838, encarregado de criar a história do Brasil, onde o “índio” teria o papel de herói, entretanto estava fadado ao desaparecimento estando o passado destinado para eles. Isto se daria em decorrência da política assimilacionista iniciada com a reforma pombalina no século XVIII, tendo continuidade até o Brasil República. Com o intuito de afastar os indígenas cada vez mais de suas culturas e modos de vida, fazendo com que deixassem de existir, pois viam a cultura como algo imutável, onde ao assimilar o outro negava-se a si.

De acordo com Almeida (2010) “a proposta de extingui-los como grupos diferenciados iria se manter até a Constituição de 1988” (p. 18). Foi uma política presente também na invasão ocorrida no final do século XIX no território que hoje corresponde ao estado do Acre. Quando os colonizadores chegaram a essa parte da Amazônia Ocidental a viram a partir de espaços cheios com “grandeza e exuberância na natureza”, no entanto no quesito humano afirmavam haver uma grande ausência, em relação aos sujeitos que encontravam colocavam o questionamento se estes eram realmente humanos, tratando a todos genericamente por índios. Para Silva (2020), os indígenas foram considerados pelos viajantes como infantis e atrasados, a exemplo se tem Euclides da Cunha que além

das suas reclamações sobre a natureza amazônica a via ainda como um espaço ocupado por seres sem cultura e história.

Em meados do ano de 1850, havia somente na região do Juruá cerca de 50 povos indígenas (BRANCO, 1952, p. 8), enquanto hoje o Estado do Acre possui aproximadamente 20 povos contando com os isolados. O extermínio maciço desses sujeitos era amparado pelo pensamento de pessoas influentes da época tendo “o índio como animal maléfico incapaz de ser civilizado” (BRANCO, 1952, p. 26). Eles entravam na historiografia como meros incômodos ao progresso e com ausências de protagonismos. Para Santos (2009) esse extermínio vai para além do genocídio de sujeitos históricos, sendo o epistemicídio de uma riqueza imensa de experiências cognitivas.

Entretanto, os povos indígenas do Acre assim como os do restante do Brasil, não desapareceram, mas se reinventaram ao longo dos anos para suprirem suas próprias necessidades. Saindo de suas comunidades para participar de discussões políticas, criando dessa forma o Movimento Indígena que se consolidou no Brasil a partir da década de 1970, surgindo de forma organizada a partir das Assembleias Indígenas em 1974.

A princípio essas assembleias foram articuladas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) para evitar a sua dispersão devido as diferenças culturais entre as etnias e, a descontinuidade dos assuntos abordados. No entanto, as próprias lideranças indígenas passaram a organizá-las. “Era a saída dos bastidores para os palcos”, e os indígenas se tornando protagonistas de sua própria história, lutando pelos seus direitos, movendo a história, como analisa Maria Regina Celestino de Almeida (2010), ainda segundo a autora ao participarem da sociedade dos brancos aprendendo seus mecanismos de funcionamento não estavam deixando de ser “índios”, mas criando possibilidades de sobrevivência e defesa dos seus direitos.

A primeira Assembleia Indígena ocorreu em 19 de abril de 1974 no estado de Mato Grosso. Desde esse período até 1984 foram totalizadas cerca de 57 assembleias. Para Lacerda (2007), as assembleias indígenas “foi o primeiro passo para o protagonismo indígena”, onde os próprios “tomaram as rédeas das assembleias, eles mesmos as organizaram, discutindo principalmente o indígena como gente” (p. 127). Elas não eram compostas apenas pelas lideranças das aldeias, mas por jovens indígenas que se deslocavam até a cidade em busca dos seus estudos. O termo lideranças “designava todo e qualquer indígena que quisesse falar sobre os problemas, isto é, as necessidades e reivindicações de seu povo ou sua aldeia” (OLIVEIRA, 2016, p. 277).

O Movimento Indígena expressa as capacidades dos indígenas de se adequarem ao mundo dos brancos, para dessa forma usarem ao seu favor as leis criadas por eles. Essas atitudes já aconteciam desde os séculos XVI e XIX, quando já sabiam usufruir das “brechas” deixadas nas leis. Durante a política assimilacionista de Marquês de Pombal as lideranças indígenas exigiam serem tratados como súditos do rei, lhes reivindicando todas as promessas feitas, entre elas a posse de suas terras.

Dessa forma, o Movimento Indígena corresponde a uma parte das lutas e resistências da história dos povos indígenas, não se dando nesse período o início, mas o momento em que eles saíram de suas comunidades se deslocando para as cidades, portando o conhecimento pelos seus direitos e os reivindicando, mesmo quando ainda estavam sob o sistema de tutela.

Através de pesquisas realizadas nos jornais acreanos, alocados na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (BNDigital) e arquivos do Museu do Índio, notou-se a presença significativa do Movimento Indígena do Acre nas matérias dos jornais pesquisados, correspondentes as décadas de 1970 a 1986, trazendo entrevistas e atuações dos indígenas e agentes indigenistas, esses também foram indivíduos importantes na luta pelos direitos dos povos originários.

Nesse sentido, este artigo irá abordar como o Movimento Indígena do Acre aparece nos jornais pesquisados, onde demonstram o protagonismo dos indígenas na conquista pelos seus direitos à terra, saúde, educação e liberdade para viverem de acordo com suas culturas, assegurados hoje pelos artigos 231 e 232 da Constituição brasileira de 1988. De modo a visualizar esses sujeitos políticos como “agentes de sua própria história”, compreendendo-os a partir de suas lutas, posicionamentos e falas, comportando-se como sujeitos históricos que rompem as heranças coloniais deixadas sob eles, que, segundo Mignolo (2008), são sujeitos que carregam o descolonialismo dentro de si, nas mentes e corpos, fundados nos conhecimentos ensinados de geração em geração.

JORNAIS PESQUISADOS

Desde a década de 1930 a Escola dos Annales refutou a tradição de historiadores, que desde os séculos XIX e XX, faziam uso apenas de documentos com o cunho neutro, objetivo e distante do objeto pesquisado, para assim poderem chegar à verdade. Essas exigências não eram atingidas pelos jornais. Ainda na década de 1970, eram poucos os trabalhos que utilizavam os jornais como fontes de pesquisa. Acreditava-se que eles tinham pouca colaboração para o trabalho do historiador, tendo em vista a sua parcialidade ao se reportar aos leitores, tendo toda a sua composição selecionada intencionalmente.

Entretanto, nos anos finais do século XX os jornais passaram a ser vistos com novos olhos, chegando ao fim o desprezo que se tinha até então pela imprensa. Os historiadores se debruçaram de modo mais investigativo sob os jornais, estando atentos não somente para as matérias, mas também para o corpo editorial, afinal os jornais são além de obras, um empreendimento que reúne pessoas compactuantes de interesses e objetivos comuns, dispostas a repassarem suas opiniões e ideias ao seu público, ainda que de modo intrínseco. Dessa forma, foi possível notar os posicionamentos e objeções dos jornais ao terem em suas matérias a atuação do movimento indígena do Acre.

As ações do Movimento Indígena foram encontradas em jornais comprometidos com a causa indígena, como o jornal “O Varadouro: o jornal das selvas”. Criado em 1977 por Elson Martins e Silvio Martinello, “O Varadouro” obteve o apoio do bispo

Dom Moacyr Grecchi e do ativista Chico Mendes. Embora o jornal tenha tido um curto período de existência, de 1977 a 1981, com apenas 24 edições, contribuiu de maneira significativa com as lutas indígenas por dar visibilidade sobre as dificuldades e conquistas dos povos indígenas, de modo a não encobrir as suas realidades. Além disso, sua “linguagem popular, de forma simples e direta” tratava também sobre os problemas dos demais povos da Amazônia, como os seringueiros e seus enfrentamentos com os posseiros e grileiros.³

Outro jornal comprometido com a causa indígena foi “O Porantim: Em defesa da causa indígena”, surgindo no mesmo período que “O Varadouro”, em 1978, mas no estado do Amazonas. O jornal foi criado pelo Cimi com o intuito de relatar a atuação dos missionários nas comunidades indígenas. Porantim significava na língua Sateré-maué “Arma, Remo e Memória”.

Tanto o jornal “O Varadouro” quanto o “Porantim”, surgiram no período da ditadura civil militar, entretanto, não abandonaram as suas causas, continuaram a denunciar em suas matérias as atuações de militares e funcionários do governo que cometiam crimes contra a integridade dos indígenas, e as perseguições realizadas aos agentes indigenistas que se mostravam contrários às ordens estabelecidas por seus superiores.

O registro da atuação do Movimento Indígena do Acre também foi encontrado em jornais acreanos não destinados às questões indígenas, como “O Repiquete”, “O Rio Branco”, “O Gafanhoto”, “Estado do Acre”, “O Jornal”, e o “Diário do Acre”. Os jornais apresentam os indígenas como sujeitos atuantes e portadores de direitos, contrários muitas das vezes às políticas indigenistas governamentais, e opositores à Funai.



Figura 1- Fonte: Jornal Repiquete, abril de 1985, p. 13-14.

A PRESENÇA DO MOVIMENTO INDÍGENA DO ACRE NOS JORNAIS ACREANOS

O Movimento Indígena no estado do Acre contou, inicialmente, com o apoio e assessoria do Cimi, desde a sua criação em 1975. E, a partir de 1976, com a instalação

³ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-varadouro-um-jornal-das-selvas/>

da Fundação Nacional do Índio (Funai) em substituição ao Sistema de Proteção ao Índio (SPI), recebeu contribuições deste órgão indigenista, embora em alguns momentos, paradoxalmente, como em todo o país, a Funai se colocasse mais do lado de fazendeiros do que das populações indígenas. E, também, a partir de 1979, teve o apoio da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre).

As Assembleias indígenas passaram a ocorrer anualmente na cidade de Rio Branco a partir de 1983 com o apoio do Cimi e da CPI-Acre, e legalizadas desde 1980 pelo governo federal. As principais reivindicações e lutas do Movimento Indígena do Acre consistia na demarcação de terras, sendo de fundamental importância para a sobrevivência física e cultural dos povos, reivindicavam a existência dos programas de saúde e educação nas comunidades, havendo o preparo dos próprios indígenas para atuarem como enfermeiros e professores, e a liberdade para viverem de acordo com as suas tradições. Assim, o Movimento Indígena sempre foi de caráter coletivo, e não individual. Para Bicalho (2010), o Movimento Indígena está para além das motivações econômicas, mas envolto na conquista por direitos iguais e diferenciados, e os reconhecimentos, sendo assim uma experiência moral.

O antropólogo Terry do Valle Aquino informou em seu caderno de anotações que em 1986, quando os indígenas ainda eram tratados sob tutela, representantes dos povos Kaxinawá, Yawanawá, Katuquina, Jaminawa, Kulina, Kampa, Nukini, Poyanawa, Manchineri, Arara, Apurinã e Kaxarari, compareceram na III Assembleia Indígena onde decidiram pela criação da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (Uni), que em 1991 tornou-se autônoma da Uni nacional, existente desde 1980 também por iniciativa dos próprios indígenas.

“A entidade de representação política dos índios do Acre e sul do Amazonas” desenvolveu importantes atuações nas causas indígenas, pressionando até mesmo a Funai para a execução de políticas públicas voltadas para a saúde, educação e sanitário. Atuou na fiscalização de terras já demarcadas pela própria agência indigenista para evitar que fossem invadidas e tomadas por não indígenas através de medidas realizadas pelo Conselho de Segurança Nacional. Neste sentido, Aquino; Iglesias (2005) destacam esta atuação fundamental do movimento indígena do Acre e Sul do Amazonas.

Em 1981, a entidade sofreu repressões por parte do Ministro Chefe do Gabinete Civil do Brasil, o general Golbery de Couto Silva. Por meio de um documento, representando o presidente João Figueiredo, o general fez o uso do Estatuto do Índio para orientar a Funai a extinguir a Uni sob a alegação de que “o índio tutelado não pode se organizar” (PORANTIM, 1981, p. 04), acusando ainda as lideranças indígenas de se ausentarem do país e se organizarem em “entidades intertribais de nível nacional”. Atitudes de repressão foram recorrentes ao longo da trajetória do Movimento Indígena do Acre, com tentativas de desestabilizá-los. “As tentativas de desmobilização do movimento, talvez, tenham sido a estratégia mais perversa de controle contra o movimento indígena.” (ALMEIDA; CRUZ, 2016, p. 07)

A política indigenista colocada em prática pelo governo pode ser definida como uma política oportunista, mediante as formas que foram utilizadas diante de determinadas situações. Enquanto em 1981 a tutela indígena era revigorada, utilizada como justificativa para acabar com as organizações das lideranças indígenas, em 1978 havia sido contestada. O Decreto de Emancipação de 1978, instaurado durante o Governo presidencial do Ernesto Geisel (1974-1979), visava o fim da tutela aos povos indígenas para liberar as suas terras para a implantação dos projetos desenvolvimentistas, significando a anulação do Estado mediante as suas obrigações quanto a demarcação de terras.

A oposição de indígenas e indigenistas à essa medida, pressionou o seu arquivamento e a reformulação de outra proposta melhor elaborada, descrita na matéria do jornal “Estado do Acre” (1978) intitulada de “Emancipação do índio sem a venda de suas terras”, a nova proposta seria de consulta aos próprios indígenas antes de ser tomada a decisão de emancipá-los.

Mesmo o governo colocando em prática uma política indigenista que não atendia as necessidades dos povos indígenas, “o movimento do Acre desde o seu processo de constituição, apresenta-nos esta possibilidade de pensar a dinâmica desta cultura e suas estratégias políticas adotadas na superação de seus obstáculos.” (ALMEIDA; CRUZ, 2016, p.3). Daí nota-se a importância de visualizar as lutas indígenas, ao invés de apenas dar ênfase no genocídio sofrido por eles.

O registro dessas lutas encontra-se presente no jornal acreano “O Gafanhoto”, na matéria “Os índios falam por si” de 1985, além de trazer uma breve história dos povos indígenas do Acre e os ataques que eles sofreram durante a fundação do território acreano, demonstra as iniciativas tomadas por eles para demarcarem as suas terras, mesmo já existindo a Funai.



Figura 2- Fonte: O Gafanhoto, julho de 1985, p. 4-5.

A Fundação Nacional do Índio (Funai), foi criada por meio da Lei nº 5.732, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, em substituição ao Sistema de

Proteção ao Índio (SPI), que chegou ao fim devido seu envolvimento em escândalos, o que não foi diferente para o órgão sucessor. Criada com o intuito de “proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil” cuidando da demarcação de suas terras, no Acre acabou por omitir as suas funções não contrariando nem mesmo a abertura de estradas em terras indígenas durante a ditadura civil militar.

Esse período ainda veio acompanhado do autoritarismo dos seringalistas e posteriormente dos fazendeiros, quando em 1971 os seringais falidos foram vendidos a preços irrisórios para os empresários do Sul “com povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos dentro, provocando sérios conflitos sociais, econômicos e ambientais” (ALMEIDA; CRUZ, 2018, p. 08).

Para Lacerda (2010), os indígenas emergiram no período em que o país estava imerso em um regime político ditatorial, assumindo mesmo assim a direção dos seus movimentos, desprendidos de instituições tradicionais- partidos políticos, assumindo o protagonismo de suas lutas.

Mesmo quando o governo repressivo ainda estava instaurado no Brasil, resultando em um número superior de indígenas mortos em relação aos não indígenas, as lideranças indígenas e indigenistas não se omitiram. Em 1981 o jornal “Porantim” publicou a matéria “FUNAI, um Grande Quartel Sem Farda”, fazendo denúncias diretamente ao órgão indigenista: “...**índio é gente e não tem vocação para o suicídio coletivo**” (PORANTIM, 1981, p. 05), criticando a Funai como aliada ao governo anti-indígena da época. Várias outras denúncias foram realizadas, entre elas o transporte de metralhadoras para a Polícia Federal no avião utilizado pelo Órgão, “é mais um caso de colaboração coma as forças opressivas.” (PORANTIM, 1981, p. 17).

As denúncias presentes nos jornais acabaram por comprovar que a Funai, apesar de sua grande importância, não agia de acordo com os interesses e necessidades dos povos indígenas do Acre. De acordo com Bicalho (2010), privilegiava o Governo e setores empresariais do agronegócio, anulando o seu papel de parceiro e consultor na causa. Enquanto isso, os indígenas apresentavam cada vez mais o seu descontentamento. “Segundo se apurou, o índio já não acredita mais nas promessas feitas pelo órgão que se comprometeu a dar prioridades na demarcação das áreas indígenas” (DIÁRIO DO ACRE, 1983).

Ainda expressando esse descontentamento com as políticas indigenistas, o cacique Biraci Brasil, do povo Yawanawá, em entrevista concedida ao jornal “Repique”, em 1985, propõe mudanças estruturais nesta política, destacando a capacidade dos próprios indígenas para conduzirem este processo:

Em nome de todos os índios do Brasil nós não queremos mais este órgão para a representação indígena. Queremos mudanças em todas as suas estruturas. [...] Existe uma divisão entre a Funai e o índio. Nós começamos a analisar que nós podemos ser responsáveis por uma causa que é nossa, nos sentimos capacitados (REPIQUETE, 1985).

Nesta mesma reportagem do “Repiquete”, outra liderança indígena, cacique Francisco Apurinã, no sul do Amazonas, reivindica que a direção da Funai Acre seja assumida por um indígena, pois os brancos não estavam defendendo devidamente os interesses dos povos indígenas:

A comunidade indígena não está satisfeita e nem de acordo com a colocação de pessoas para a direção de seu órgão sem ser ao menos consultada. Queremos que um índio assuma a direção da FUNAI. Nós achamos que só brancos dentro da FUNAI não tomam atitudes a favor do índio, que são capacitados para tanto (REPIQUETE, 1985, p.13-14).

Lacerda (2007), explica que os indígenas ao não se sentirem representados pela agência indigenista passaram também a objetivarem estabelecer relações diretas com as autoridades do governo. Entretanto, as lideranças indígenas não eram encaradas com seriedade por parte das lideranças governamentais, de todo modo sempre evidenciavam as suas autoridades perante a sociedade não indígena. Essas lideranças indígenas não encaravam as suas diferenças como incapacidades, não compreendendo o porquê das recusas por parte das autoridades do Estado.

Ao levarem as suas diferenças para os palcos de lutas, os povos indígenas se destacavam como sujeitos desobedientes às heranças coloniais, sendo essa uma desobediência epistêmica, onde buscavam e reivindicavam pelos seus direitos a partir dos conhecimentos culturais de seus povos, fazendo o uso das danças, cantos e cosmologia, rompendo de modo subversivo às imposições da colonialidade que buscou enclausurar suas diferenças em espaços diminutos de maneira a serem vistas como incapacidades, quando na verdade sempre foram modos próprios de saberes e relações com o espaço. Mignolo (2008) diz que a desobediência epistêmica consiste em não se fundar naquilo trazido de fora pelo colonizador, mas no que já estava presente na América Latina antes de sua chegada. Assim, compreende-se que o descolonialismo está dentro das mentes e corpos dos povos indígenas, fundados nos conhecimentos passados por gerações.

INDÍGENAS E INDIGENISTAS

As entidades indigenistas contribuíram significativamente para a luta indígena, embora estes devam ser vistos como os principais atores na conquista de seus direitos. João Pacheco de Oliveira elucida que o “o movimento ganhou ainda mais força e visibilidade, com os encontros passando a reunir também organizações não governamentais, antropólogos e outros interessados na temática indígena” (OLIVEIRA, 2016, p. 277).

Os jornais acreanos datados entre 1970 a 1985 trazem essa contribuição das entidades indigenistas, com reclamações feitas pelo antropólogo Terry Aquino, na época presidente da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI). O antropólogo cobrava o cumprimento das promessas feitas pelo Governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no que tangia às questões indígenas, sendo a criação da Coordenação de Assuntos Indígenas e a demarcação de terras no estado do Acre.

Ações como essas acabavam por gerar perseguições para esses agentes indigenistas que defendiam os interesses dos povos indígenas, como ocorrido com o Terry Aquino, contratado pela Funai em 1977, acabou demitido em 1980 por se demonstrar contrário aos interesses da entidade. O mesmo ocorreu à José Meirelles, devido seu posicionamento a favor da demarcação de terras e demais reivindicações dos povos indígenas. Sua demissão foi matéria do Jornal Varadouro em edição de 1981, “Com ele aprendemos que um indigenista não pode ser patrão de índio, limitando-se a agir através de suas lideranças. São os próprios índios que podem decidir, formular propostas e apresentar soluções” (O VARADOURO, 1981, p. 12).

A perseguição contra os indigenistas já existia bem antes da atuação do movimento indígena no estado. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) chegou ao Acre antes da própria Funai. De acordo com Dalmolin (2004) eles estavam contrariando a opinião pública e enfrentando ameaças de morte para fazerem o levantamento de áreas indígenas juntamente com a Operação Anchieta (Opan), hoje Operação Amazônia Nativa. Por serem indigenistas ligados à igreja acabavam por passar maior credibilidade às comunidades. Essa proximidade entre indigenistas e indígenas foi fundamental para que os povos indígenas obtivessem informações sobre a existência de seus direitos, intensificando as reivindicações e, conseqüentemente os embates entre indígenas e empresas agropecuárias, que já ocupavam um terço das terras indígenas.

A presença dos agentes indigenistas contribuiu para o registro da existência de indígenas no Acre, pois até a década de 1970 acreditava-se já não haver povos indígenas no estado, pensamento recorrente tanto por parte da opinião pública como do poder público do estado, dando-se em decorrência das tentativas de silenciamentos e apagamentos desses sujeitos. Aqueles que não foram mortos no período das correrias por volta do final do século XIX e início do XX, foram integrados nos sistemas de seringalistas “sendo proibidos de expressar os seus modos de vida através de suas crenças, suas danças, suas pinturas e até mesmo de falarem a sua língua que era considerada como “língua de bicho”, em um processo de etnocídio” (ALMEIDA; CRUZ, 2018, p.20). Esses indígenas passaram a ser denominados de caboclos, sendo considerados como sujeitos marginalizados etnicamente e distanciados forçosamente das suas culturas, recebendo um termo genérico e “preconceituoso”.

Assessorados pelos agentes indigenistas algumas comunidades indígenas conseguiram retornar para as suas terras e foram estimulados a fazerem o uso dos recursos dos seringais na produção da borracha para alcançarem a liberdade econômica. Dando início às cooperativas organizadas na década de 1980, que contribuíram para o fortalecimento das lutas pela organização política, social e da garantia de suas terras. Apesar de sua grande importância, as cooperativas não persistiram por muito tempo. Um dos motivos foi a ausência de letramento por parte de alguns indígenas da Amazônia Ocidental.

Os motivos que levaram ao insucesso das cooperativas não prejudicaram o movimento indígena, mas os estimularam a lutarem pela educação. Os Kulina foram incenti-

vados pelo Cimi a aprenderem o português, e estudar história e geografia. “A escola serviria para politizá-los, uma conscientização da identidade cultural e da defesa de terras”⁴. Na matéria “Índios também querem participar” de agosto de 1986 do jornal “Gazeta” o então candidato a deputado pelo PT do Acre, Biraci Brasil do povo Yawanawá, disse em entrevista a necessidade da educação sobre e para os povos indígenas: “Queremos modificações no sistema educacional. A história ensina coisas erradas sobre os índios. Ela é um conjunto de informações distorcidas, que força o povo a se formar sem conhecer a verdadeira posição dos índios na formação do Brasil”.

Dessa forma, os agentes indigenistas contribuíram com o movimento indígena não apenas com a legislação, “embora importante não pode ser vista como a realidade completa”, afinal fizeram registros e organizaram os indígenas para lutarem por seus direitos de maneira mais acertada, agindo a partir das decisões das lideranças indígenas, pois eram eles que sabiam das necessidades de seu povo e das dificuldades enfrentadas, assim “a história do indigenismo não é portanto dissociável da história indígena, simplesmente engloba mais atores” (CUNHA, 2009, p. 130).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas do Brasil e do Acre, desde os tempos coloniais, criaram formas de resistências e lutas ao escravismo, ao colonialismo e a todas formas de desrespeito aos seus direitos originários ao território e a viverem conforme os seus costumes ancestrais, através de práticas insurgentes que se consolidaram em organizações indígenas, a partir da década de 1980 no contexto da constituinte, como a União das Nações Indígenas do Brasil, que foi um marco nas lutas pelos direitos conquistados na Constituição Cidadã.

Desta forma, o direito das associações indígenas representarem as suas comunidades foi reconhecido somente na Constituição de 1988 com o artigo 232. Desde esse período o número de associações obteve um grande aumento, sendo a representação dos indígenas feita por eles mesmos, acabando com o sistema de tutela.

No Acre, além da União das Nações Indígenas do Acre e do Sul do Amazonas, criada em 1986, foram formadas organizações regionais como a Organização dos Povos Indígenas do Envira (Opire) e Organização dos Povos Indígenas do Rio Tarauacá e Jordão (OPIRTARJ). Também foram criadas outras organizações como a Organização de Professores Indígenas do Acre (OPIAC), em 2000, e a Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (SITOAKORI) em 2005, revelando as práticas subversivas de homens e mulheres indígenas na luta pela construção do Bem Viver.

O movimento indígena representa uma parte das lutas e, apresentado através das páginas dos jornais acreanos nos revela a capacidade que os povos indígenas sempre tiveram de falarem por si e serem agentes de sua própria história, apesar de ao longo dos anos estarem envolvidos por governos opressores e genocidas que por meio de diferentes

⁴ Fala de Biraci Brasil do povo Yawanawá, em entrevista cedida ao jornal “Gazeta do Acre”, 1986.

mecanismos de controle atacam aos povos indígenas de variadas formas, tanto por meio dos crimes ambientais, como também pelas tentativas de retrocesso das leis conquistadas na Constituição de 1988.

As intimidações feitas pelos antigos generais, continuam sendo recorrentes por parte de alguns funcionários do órgão indigenista e pelo próprio governo federal, denunciadas hoje também pelas páginas das redes sociais utilizadas pelos próprios indígenas, sobretudo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), criada em 2005, pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre, para dar visibilidade às lutas destes povos, exigindo do Estado o cumprimento dos seus direitos constitucionais.

Dessa forma, entende-se o movimento indígena como a quebra da colonialidade do poder estabelecida sobre os corpos e mentes dos sujeitos colonizados. Pois desde que foi institucionalizado a partir da década de 1980, o movimento indígena luta pelos direitos de existência e resistência, envolvendo seus saberes passados ao longo de gerações e a defesa da terra, entendida e encarada por eles como primordial para a sua sobrevivência física e cultural. A desobediência epistêmica dos povos indígenas torna visível como sujeitos históricos que partem de seus próprios princípios à luta, desprendidos de partidos e bandeiras, sendo sujeitos subversivos a quaisquer barreiras colocadas sobre eles.

Por meio das pesquisas foi possível dar visibilidade às lutas de resistências dos povos originários como um evento de longa duração, existindo desde os períodos da invasão e tendo que persistir e se readaptar até os dias de hoje, pois continuam a serem ameaçados em nome do “progresso” que sempre considerou os povos indígenas como os invasores de seus próprios territórios. Ao analisar o movimento indígena por meio das páginas dos jornais desconstruímos a imagem de que os indígenas foram silenciados, quando na verdade sempre buscaram falar por eles mesmos, embora nem sempre tenham sido atendidos. Por isso, continuam na luta pela garantia de seus direitos constantemente ameaçados, buscando construir outro mundo, na direção do Bem Viver.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALMEIDA, Maria Ariádina Cidade; CRUZ, Teresa Almeida. Quando o índio amansa branco: resistências e movimentos indígenas no Acre. In: SILVA, Giovani José da; SILVA, Cleube. **Protagonismos indígenas na história do Norte do Brasil**. Palmas: Nagô, 2018.
- _____. Os involuntários da pátria: Povos indígenas e Segurança Nacional na Amazônia Ocidental, 1964 – 1985. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo; PETIT, Paulo Giovanni Antonino Nunes. **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Sagga, 2018. 355p.
- QUÍJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, AR: Clacso, 2005.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, cidadania e direitos (1970-2009)**. Brasília: UB, 2010. 468 pg.
- BRANCO, J. M. Brandão Castelo. O gentil acreano. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 207, abril-junho, 1950.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Tastevin Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2009. (Série Monografias). 247p.

_____. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 440p.

DALMOLIN, Gilberto Francisco. **O papel da escola entre os povos indígenas: de instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural**. Rio Branco: Edufac, 2004.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafitá. **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008. 415 pg.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafitá; AQUINO, Terri Valle de. **Povos e terras indígenas no estado do Acre** (caderno temático). Rio Branco: Governo do Estado do Acre Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre-fase II, 2005.

LACERDA, Rosane Freire. **Diferença não é incapacidade: gênese e trajetória histórica da incapacidade indígena e sua insustentabilidade nos marcos do protagonismo dos povos indígenas e do texto constitucional de 1988**. Vol I, Tomo 1. Dissertação (Direito)

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

OLIVEIRA, João Pacheco. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ LACED, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Souza. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-72.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências**. Rio Branco: Nepan, 2020. 157p.

FONTES

AMEAÇA. **Repiquete**, Rio Branco, Ano I, nº 24, julho de 1985, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/764655/634>

FUNAI, um grande quartel sem farda. **Porantim**, Manaus, Ano IV, nº 29, maio de 1981, p.5

GAL Golbery veta organização indígena. **Porantim**, Manaus, Ano IV, nº 29, maio de 1981, p.4

ÍNDIO quer terra na terra. **O Varadouro**, Rio Branco, Ano IV, nº 22, jun/jul de 1981, p.12

ÍNDIOS também querem participar. **Gazeta do Acre**, Rio Branco, agosto de 1986.

ÍNDIO emancipação em debate. **O Estado do Acre**, Rio Branco, Ano I, nº 1, agosto de 1978, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/844357/25>

ÍNDIOS vão hoje ao palácio de Rio Branco fazer reivindicação. **Diário do Acre**, Rio Branco, Ano I, nº 241, março de 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/764701/1517>

LIDERANÇAS indígenas querem demarcação de suas terras já. **Repiquete**, Rio Branco, Ano I, nº 14, abril de 1985, p.13-14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/764655/369>

OS índios falam por si. **O Gafanhoto**, Rio Branco, Ano VI, nº 39, julho de 1985. 4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/844390/28>